



Centro de Endemismo Belém

Diálogo de Campo – região do Mosaico Gurupi

Resumo das Colideranças

08, 09 e 10 de novembro de 2022, *presencial*

Ana Paula Pulito, Danielle Celentano, Denys Serrão Pereira, Luis Barbosa, Marlucia Martins e Paloma Carilli Ribeiro da Silva ⁽¹⁾.

Introdução

O Diálogo do Uso do Solo é uma plataforma de participação de múltiplas partes interessadas para reunir conhecimento e liderar processos para possibilitar negócios responsáveis, melhor governança e desenvolvimento inclusivo em paisagens chave. O Diálogo do Uso do Solo é uma iniciativa que permite a participação de múltiplas partes interessadas, com o propósito de reunir conhecimentos e liderar processos que influenciam em negócios responsáveis, melhorem a governança de territórios e promovam o desenvolvimento inclusivo em paisagens relevantes.

O Diálogo do Uso do Solo já contou com várias edições ao redor do mundo, como no Brasil, Gana, Uganda, República Democrática do Congo e Tanzânia. No Brasil, foi realizado em 2016 na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina e atualmente existem seis iniciativas em andamento.

Na fase de Diálogo, são três estágios da iniciativa como um todo:

- Diálogo de Escopo;
- Diálogos de Campo e
- Oficina de Finalização.

Dentre os principais resultados esperados, estão:

- Construção de um ambiente de diálogo entre as lideranças locais;
- Promoção do engajamento das múltiplas partes interessadas, incluindo tomadores de decisão;
- Criação de um ambiente propício para criação e/ou fomento de plataformas lideradas por atores locais (fóruns, alianças, coalizões, etc.); e
- Impacto em políticas públicas locais e regionais.

A paisagem escolhida para o Diálogo do Uso do Solo na Amazônia compreende o Centro de Endemismo Belém (CEB), uma área de 243.000 km², localizado no leste do Pará e oeste do Maranhão, contemplando 27 unidades de conservação, 14 terras indígenas e 147 municípios (62

¹ *Representantes do grupo consultivo presentes no Diálogo de Campo.*

no Estado do Pará e 85 no Maranhão). O Centro de Endemismos de Belém (CEB) é uma área prioritária na Amazônia por ser de grande relevância para a conservação biológica, e fundamental para 6 milhões de pessoas que vivem na região. A CEB já perdeu 70% de suas florestas e enfrenta sérios desafios socioeconômicos. Um estudo coordenado pela Aliança pela Restauração na Amazônia indicou que 3 milhões de hectares da região têm altas ou muito altas oportunidades de restauração. O passivo ambiental da CEB no Código Florestal pode chegar a 10 milhões de hectares (Lei 12.651/2012), 20% em Áreas de Preservação Permanente (APP) e 80% em áreas de Reserva Legal onde é possível restaurar e gerar benefícios socioeconômicos diretos.

O grande desafio na região do Centro de Endemismo Belém é desenvolver maneiras de utilizar, sem destruir o valioso capital natural ainda restante, restaurar áreas estratégicas para a manutenção dos serviços ecossistêmicos importantes para a região e inovar com atividades produtivas capazes de gerar oportunidades de trabalho e renda para a população local. Os quase 150 municípios do Pará e Maranhão que compõem essa região são caracterizados por baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e altos Índices de Desigualdade (Gini). Portanto, os desafios são imensos no que diz respeito à necessidade do desenvolvimento de atividades produtivas que aliem a proteção e a recuperação do capital natural às demandas socioeconômicas da população local.

Pelo contexto apresentado acima e detalhado na [nota conceitual](#), a área descrita foi escolhida como estudo de caso para o primeiro Diálogo do Uso do Solo da Amazônia. Realizada nos dias 20 e 21 de agosto de 2019 em Belém-PA, a primeira etapa contou com a participação de representantes de empresas, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. Como resultado desta etapa foi gerado um [resumo das colideranças](#). Desse diálogo inicial, foram definidos cinco desafios classificados em termo de prioridade:

1. Superar o Déficit de informações e estudos sobre a realidade local que permitiriam o aperfeiçoamento do processo de proposição e qualificariam o debate;
2. Atender a alta demanda para Manejo florestal comunitário e familiar (tema que deve ser qualificado);
3. Estabelecer Redes de discussão;
4. Conciliar o conflito entre a produção de Commodities x Produção familiar;
5. Combater as Atividades ilegais.

Já entre as principais oportunidades foram elencadas:

1. Possibilidade de estabelecimento de uma Agenda da recuperação/restauração florestal, que contempla tanto o cumprimento do Código Florestal (APP e RL) quanto oportunidades para desenvolvimento de cadeias produtivas relacionadas à recuperação da vegetação nativa e manejo florestal;
2. A implementação dos instrumentos previstos no Código Florestal, tais como validação do Cadastro Ambiental Rural, Cotas de Reserva Ambiental e pagamentos por serviços ambientais que são dependentes da resolução dos conflitos agrários;
3. A oportunidade de estabelecer mecanismos de governança no território, construção de políticas públicas/privadas;

Como resultado da etapa de escopo foi criado em junho de 2021 o [Fórum Florestal da Amazônia](#) e definidos como locais para realização dos diálogos de campo a região do Mosaico Gurupi e de

Tomé-Açu. O presente documento traz um resumo do diálogo de campo realizado na região do Mosaico Gurupi em novembro de 2022.

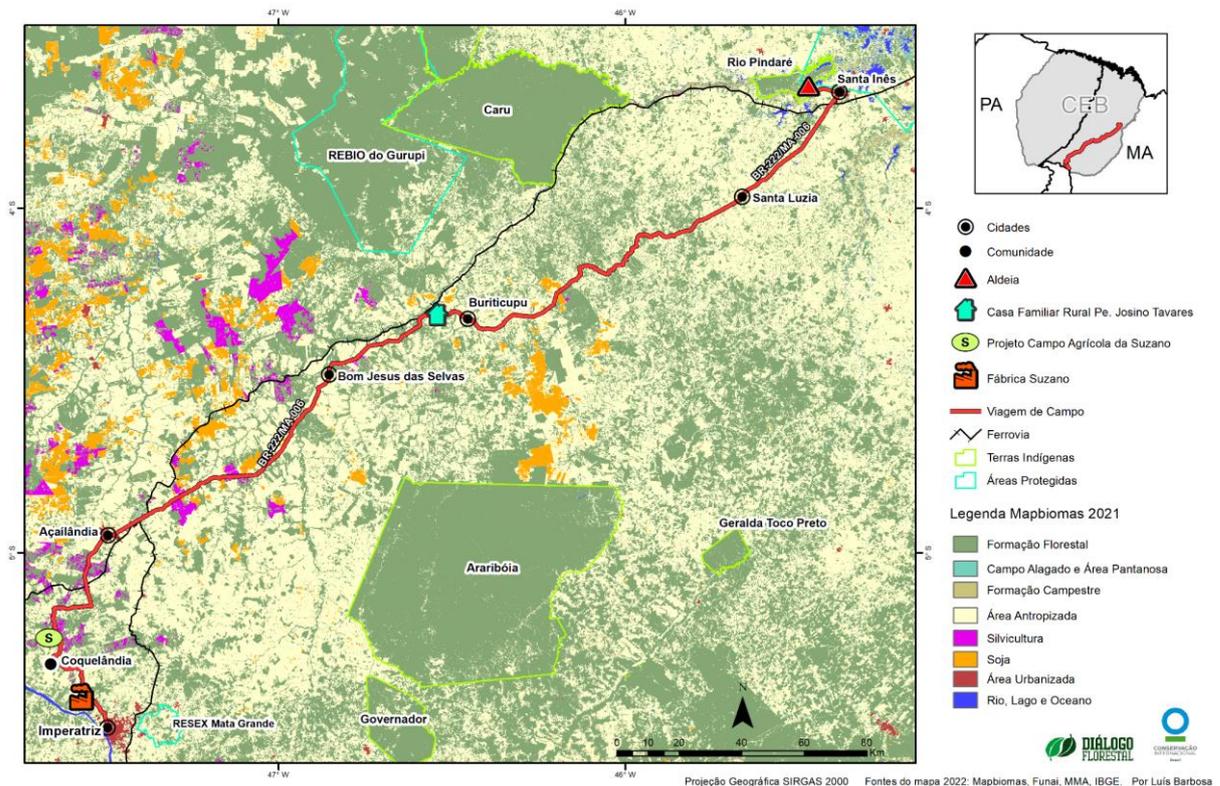
Objetivos

A segunda etapa do Diálogo do Uso do Solo (Diálogo de Campo), no Centro de Endemismo Belém – Mosaico Gurupi teve como principais objetivos:

1. Promover a aprendizagem vivencial através da realização de diálogos de campo trazendo os aspectos relacionados aos desafios e oportunidades vislumbradas;
2. Conversar com as partes interessadas da paisagem para ganhar entendimento das vivências associadas ao foco do diálogo.

Metodologia

Usando os princípios de operação do Diálogo do Uso do Solo, foram realizados três dias de diálogos que contaram com apresentações por parte da facilitação, visitas de campo, trabalho em grupos e discussões em plenária. O mapa a seguir, elaborado por Luís Barbosa (Conservação Internacional - CI Brasil), mostra o roteiro percorrido durante o diálogo de campo:



Os principais resultados são apresentados a seguir.

Discussões preliminares

No primeiro dia do encontro foi realizada uma apresentação sobre o Diálogo do Uso do Solo, desafios e oportunidades vislumbrados na etapa anterior e porque a seleção da paisagem.

Foram apresentados os principais desafios identificados na etapa preliminar, que foram: déficit de informações, conciliar *commodities* e produção familiar; competição da soja vinculada ao desmatamento de reserva legal com outros usos do solo, além de atividades ilegais como invasão de terras em uma região com baixa governança e comando e controle fracos. Região com poucos investimentos e baixa atenção de grandes projetos, além de áreas já bastante fragmentadas. Como oportunidades foram citadas: avançar no manejo florestal comunitário, com foco em produtos florestais não-madeireiros, restauração e melhorar a governança; geração de renda e avançar na resolução dos conflitos fundiários.

A partir destas informações foram formados grupos de trabalho para revisar estes desafios e definir se de fato são os mais relevantes para o contexto da região do Mosaico Gurupi. Esta discussão prosseguiu durante os dias de campo para se consolidar no último dia.

Também foram elaboradas duas versões preliminares da visão de paisagem sustentável e próspera em 10 anos para região, consolidada na plenária final.

Resumo das visitas de campo

Para as visitas de campo, foram selecionados quatro lugares para que as pessoas participantes pudessem ouvir a perspectiva de várias partes interessadas que têm atuação na região e compartilhar suas visões sobre os temas debatidos. Para cada visita, foram elaboradas perguntas orientadoras para que os participantes vinculassem a aprendizagem das visitas com os objetivos do diálogo do uso do solo e os desafios mapeados previamente.

Visita 1: Quebradeiras de coco babaçu

Perguntas orientadoras

- É possível conciliar em uma mesma paisagem a produção de commodities com a produção comunitária / familiar?
- Esta experiência pode ser um bom modelo para a divulgação de benefícios ambientais, sociais e econômicos da produção comunitária? Quais os pontos a serem destacados?
- Quais são as oportunidades de melhoria nas práticas realizadas no local?

Resumo da visita

A coleta do coco do babaçu é uma atividade tradicional, realizada há décadas, principalmente por mulheres na área de ocorrência desta espécie. Os frutos são utilizados tanto para a extração do óleo (para fabricação de sabonetes), culinária, fins energéticos, dentre outros usos. Sua casca é principalmente utilizada para carvão. O fruto triturado é utilizado para fabricação de ração para animais.

Foi realizado diálogo de campo na cooperativa de quebradeiras de coco que se localiza na região de Coquelândia (MA). Elas abrigam o [projeto Pindowa](#), que engloba atualmente cerca de 120 famílias e foi criado com foco na fabricação de artesanato e produtos derivados do babaçu como

óleos, sabonete, camisetas, bolsas, entre outros. O projeto tem apoio da Suzano (Unidade Imperatriz), que doou equipamentos necessários para produção dos diversos produtos artesanais derivados do coco babaçu, ofereceu capacitações em gestão, bem como disponibilizou algumas de suas áreas para a coleta de coco. A Suzano destinou uma área, onde foi elaborado um plano de manejo florestal sustentável (de uso múltiplo) para o extrativismo sustentável do Babaçu e Açaí nativos, sendo as quebradeiras importante aliadas no uso e na fiscalização da área. Entretanto, as áreas da empresa são mais distantes da associação e as quebradeiras usam áreas de terceiros mais próximas, principalmente de fazendas particulares. Nesse ponto, foi exposto que apesar de haver uma lei que faculta as quebradeiras de coco o livre acesso a coleta do babaçu, existe dificuldade de acesso à palmeira dentro das propriedades, onde muitos fazendeiros negam acesso e têm usado veneno para matar as palmeiras, mesmo sendo contra a Lei. Muitas terras da região têm sido invadidas (grilagem de terra) especialmente para especulação imobiliária, e nestas terras é realizado o corte ilegal (ou envenenamento) do babaçu.

De fato, sobre as legislações vigentes que regulamentam o extrativismo do babaçu no Maranhão, a mais antiga é a Lei Estadual n. 4.734 de 1986 (alterada pela Lei Estadual n. 7.824 de 2003) que proíbe a derrubada da palmeira de babaçu (salvo algumas exceções) estabelecendo multas para quem a desrespeita. Outra norma importante é a Lei n. 8.185 (novembro de 2014) que assegura o livre acesso das populações extrativistas do babaçu às terras públicas sem uso para o desenvolvimento dessa atividade - mas não estabelece a mesma regra para imóveis privados. Em 2007, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei Federal n. 231 (Lei Babaçu Livre) que proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do MA, PI, TO, PA, GO e MT, além de criar regras para sua exploração. No entanto, esse projeto de lei foi arquivado pela Câmara em janeiro de 2015.

As pessoas falaram da importância da conscientização dos fazendeiros e gerentes das fazendas sobre a Lei que protege o babaçu, e especialmente a importância da espécie para sobrevivência das quebradeiras. Os participantes sugeriram diálogo diretamente com os proprietários de terra, sendo que, na ausência de solução, o ministério público deve ser acionado. Outro tema abordado foi a percepção das quebradeiras em relação às mudanças climáticas, onde concluíram que o babaçu não é afetado, por ser uma planta naturalmente resistente ao fogo e ao solo degradado, porque não houve uma diminuição na produção do coco ao longo das gerações. Por fim foi ressaltada por participantes a importância da conexão, a busca do diálogo da iniciativa com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), considerando que este movimento foi responsável por conquista de direitos para as quebradeiras de coco, sendo muito relevante a busca do diálogo entre todas as partes envolvidas buscando a cultura do consenso, não do rompimento (o Movimento se afastou das Quebradeiras da Estrada do Arroz após elas aceitarem a parceria com a Suzano). A insegurança jurídica para realização da atividade de coleta de babaçu foi um ponto ressaltado, em especial devido aos problemas de acesso às terras de fazendeiros da região.

Visita 2: Projeto Campo Agrícola da Suzano

Perguntas orientadoras

- É possível conciliar em uma mesma paisagem a produção de commodities com a produção comunitária / familiar?
- Esta experiência pode ser um bom modelo para a divulgação de benefícios ambientais, sociais e econômicos da produção comunitária? Quais os pontos a serem destacados?

- Quais são as oportunidades de melhoria nas práticas realizadas no local?

Resumo da visita

Uma área de 23 ha pertencente a Suzano é cedida em regime de comodato há aproximadamente 20 anos para agricultura familiar, regime de comodato de 10 anos. Nessa área, 42 famílias fazem plantio de arroz, feijão e milho no período chuvoso. Foi informado pelos representantes da empresa (não havia representantes de produtores (as) rurais no momento da visita) que houve o incentivo para implementação de sistemas agroflorestais, porém este não foi bem aceito pelas famílias de agricultores que preferiram sistemas agrícolas convencionais. Foi discutida a importância da formação em sistemas produtivos como agrofloresta, que a transição agroecológica vem pela experimentação / exemplo, podendo ser uma boa alternativa para o modelo de produção adotado. Pelo fato de agricultores não residirem no local, mas em área urbana pode ser interessante entender de fato se essas pessoas têm vocação agrícola. O investimento em sistemas agroflorestais demanda grande esforço do agricultor e não é vantajoso quando a perspectiva de retorno não é de longo prazo. A iniciativa é louvável, porém participantes levantaram alguns pontos para reflexão: a relação de dependência estabelecida, a importância de fomentar modelos produtivos mais sustentáveis através de uma abordagem de construção coletiva e de longo prazo, e a ampliação da iniciativa considerando a aptidão dos beneficiários.

Próximo à área existe uma invasão, desde 2021, com a prática do desmatamento de Reserva Legal de áreas consideradas como de alto valor para a conservação. Existe uma tramitação na justiça estadual para a reintegração de posse, porém, ainda sem definição.

Visita 3: Casa Familiar Rural Pe. Josino Tavares

Perguntas orientadoras

- Como o melhor envolvimento/liderança das comunidades na produção agrícola pode gerar transformações desejadas na gestão da paisagem?
- Esta experiência pode ser um bom modelo para a divulgação de benefícios ambientais, sociais e econômicos da produção comunitária? Quais os pontos a serem destacados?
- Como a produção agrícola pode contribuir para a conservação da biodiversidade?
- Quais são as oportunidades de melhoria nas práticas realizadas no local?

Resumo da visita

A Casa Familiar Rural (CFR) Pe. Josino Tavares possui aproximadamente 8 ha, com estudantes de dez a doze assentamentos da região que estudam em regime de alternância: 10 dias no local e outro período em suas residências. O regime da Pedagogia da Alternância oferecido na CFR integra o ensino médio, o curso profissional Técnico em Agropecuária, trabalhando com a educação do campo e suas especificidades, com público-alvo, filhos(as) de agricultores dos municípios de Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim e Buriticupu no Maranhão. Na área, estudantes juntamente com os professores fizeram a implementação de sistemas agroflorestais com abacaxi, coco, mandioca, além da criação de aves e suínos. Na região existe ocorrência de desmatamentos e foi notada a redução do volume de água dos rios. Através de projeto realizado cinco nascentes foram replantadas. Os alunos informaram que em suas casas, a produção agrícola é a convencional, com criação de gado, suínos e aves, além da roça no toco (com uso do fogo) com produção de arroz, feijão e milho. Alguns alunos também relataram a dificuldade de convencer seus pais para adoção de práticas de manejo mais sustentáveis e a implantação de sistemas agroflorestais.

Como principais desafios foram citadas a falta de linhas de crédito para a agricultura familiar e de assistência técnica na região, bem como de recursos para a sobrevivência da CFR, que atualmente recebe cerca de R\$ 5,00 por dia por estudante para todas as refeições. O uso de agroquímicos nas fazendas de soja com dispersão aérea impacta negativamente a produção comunitária e foi relatado danos à saúde e ao meio ambiente. Também que a área da Rebio está diminuindo gradativamente devido às invasões e desmatamentos que ocorrem na região. Foi mencionado a importância dos estudantes, particularmente no contexto da diversidade de assentamentos do qual se originam, de levarem a seus pais e familiares o conhecimento de técnicas agroecológicas e de produção de baixo impacto. Entretanto, foi falado que os assentados não têm ajuda, incentivo, nem assistência técnica. Apontado como instrumento importante para regularização fundiária e promoção da restauração florestal na região, a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA), previstos no Código Florestal, porém os municípios não têm estrutura para apoiar a validação do CAR, por exemplo. As mudanças climáticas também foram tema abordado onde as pessoas falaram claramente notar seus efeitos, onde os rios têm menos peixes e estão com menos água e secando.

Ao discutir uma visão de paisagem daqui dez anos, os estudantes ressaltam que é essencial projetos que dêem lucro e que ao mesmo tempo ajudem a preservar o meio ambiente, fazendo um intercâmbio entre o econômico e o sustentável utilizando por exemplo o consórcio entre árvores e banana.

“Minha visão de futuro é existir na região projetos que aliem a preservação do meio ambiente com a geração de lucro para as comunidades” - Ana Clara Conceição Silva, 18 anos, estudante da CFR Pe. Josino Tavares, moradora do Assentamento Centro dos Farias / Burititupu.

“No futuro eu gostaria de ver consórcios de árvores e banana, gerando renda e conservando o meio ambiente” - Lucas Machado da Silva, 18 anos, estudante da CFR Pe. Josino Tavares, morador do Assentamento Brejinho dos Três Poderes, Bom Jardim.

Atualmente dois projetos relacionados ao trabalho desenvolvido no local estão na plataforma de financiamento colaborativo Nature Invest: um para captar recursos para projeto de [Práticas Agrícolas Viáveis, Preservação e Conservação Das Sementes Crioulas](#), para [promover o reaproveitamento de lixo orgânico para compostagem](#) e outro para a [Produção De Alimentos Sem Uso Do Fogo e Implantação De SAFs](#). Foi citada a potência deste modelo educacional com outras unidades do mesmo modelo, considerando as distâncias que devem ser percorridas por estudantes para ter acesso ao ensino na região. Todavia, a captação de recursos é uma demanda recorrente, faltam recursos e apoio institucional. Falou-se da importância de estabelecer formação em agroecologia através de projetos que aportem um pacote tecnológico, da prioridade e papel da CFR para dar escala para restauração florestal, além da promoção de pagamento por serviços ambientais na região.

Visita 4: Terra Indígena Pindaré

Perguntas orientadoras

- Quais são as atividades realizadas no contexto da Terra Indígena?
- Existe o problema de invasão de terras e realização de atividades ilegais?
- Como é a convivência com áreas produtivas no entorno da Terra Indígena?
- Quais são as boas práticas / projetos realizados que podem servir de exemplo para outras regiões?

- Faltam informações / dados para promover melhores práticas e gerar mais oportunidades?

Resumo da visita

Com cerca de 15.000 ha e 1.700 habitantes, a Terra Indígena Pindaré no passado teve áreas arrendadas para fazendeiros da região e um alto índice de desmatamento dentro do território, representando a conversão de quase a totalidade do território.

Nos últimos 30 anos tem sofrido pressão dos municípios do entorno, ficando ilhada e rodeada de conflitos, como a disputa por uma lagoa (lago Bolívia) de dentro da terra indígena com proprietários limítrofes, além da invasão de suas terras, e a incidência de fogo todos os anos, que recentemente atingiu metade de sua área. Ainda, foi salientado que querem reconhecimento, proteção e respeito por suas terras.

Visando o combate ao fogo e proteção dos remanescentes e áreas em restauração, foi criada uma brigada de incêndios indígena, onde os indígenas receberam treinamentos do IBAMA (prevfogo) e atuam como brigadistas voluntários, mesmo sem contar atualmente com recursos para a brigada como já houve no passado.

Um grupo de mulheres indígenas (guerreiras da floresta) se organizou e iniciou um processo de diálogo dentro e fora da Terra Indígena trazendo para debate temas como saúde e meio ambiente. Falta diálogo com fazendeiros e assentados do entorno, em especial numa região onde há pouca atuação de órgãos governamentais e mesmo organizações da sociedade civil tem baixa capilaridade e atuação. Foi dialogado ainda, a importância da restauração integrada aos conhecimentos tradicionais, porém, falta acompanhamento técnico para auxílio na implementação e monitoramento. As parcerias entre instituições/organizações com a terra indígena existem, porém é necessário ampliar a atuação e presença na região, bem como a ampliação de projetos que são geridos pelos povos indígenas, incluindo mecanismos de transparência.

A ameaça à vida dos indígenas é frequente na região. São dezenas de [assassinatos de indígenas no Maranhão](#), em especial nesta área do Mosaico Gurupi, e a maioria dos casos segue sem que responsáveis sejam punidos e se ponha fim à onda de violência e impunidade.

Ressaltou-se a importância da valorização do trabalho local, com formação de indígenas para conduzi-los. Foi destacada também a importância da união entre os povos indígenas para trabalhar em conjunto, projetos levam tempo para acontecer então faz-se necessário cooperação entre diferentes povos indígenas. Em grande parte os desafios são compartilhados entre os diferentes povos indígenas da região, assim, soluções construídas em conjunto com indígenas considerando princípios de consentimento livre, prévio e informado devem ser ampliados na região.

Principais desafios

O último dia de discussões iniciou com uma reflexão sobre os principais desafios relacionados à paisagem e os acontecimentos mais marcantes das visitas de campo. Foram consolidados os seguintes desafios, como principais na região:

1. Combate às atividades ilegais e políticas públicas de enfrentamento (incluindo segurança territorial, restauração e acesso a água) / extração ilegal de madeira, garimpo, caça esportiva e o fogo / Insegurança jurídica fundiária, invasões de territórios/terras

2. Restauração florestal com foco em geração de renda / com perspectiva ecológica e econômica (atenção para qualidade e certificação da produção de mudas) visando o manejo florestal (considerar a demanda de restauração advindo do Código Florestal)
3. Organização de informações e estudos que permitiriam o aperfeiçoamento do processo de proposição e qualificariam o debate / Fluxo de informações e estudos que permitiriam o aperfeiçoamento do processo de proposição e qualificariam o debate / conhecimentos tradicionais;
4. Redes de discussão – criar mecanismos de fluxos entre diferentes atores / precisam ser reforçadas
5. Commodities x Produção familiar – falta de política pública voltada à segurança alimentar (cadeia da mandioca, frutíferas, etc.);
6. Proteção da vida das pessoas / Ameaça às lideranças.

Em síntese, o grupo lista como principais desafios a insegurança jurídica e ilegalidade, a falta de proteção das pessoas e dos territórios e a degradação das florestas.

Formação de uma visão comum da paisagem

Após trabalho em grupos para formar uma visão comum de uma paisagem sustentável e próspera em 10 anos, chegou-se em consenso na seguinte visão comum da paisagem:

“Territórios protegidos, fortalecidos, regularizados com segurança jurídica, estabelecendo corredores em processo de restauração com agricultura agroecológica e valorização cultural”

Soluções, estratégias e prioridades

Para concretizar essa visão da paisagem, participantes pensaram em ações ou estratégias relevantes que poderiam ser realizadas e escreveram tudo que achavam de maior relevância, seguida de votação, onde cada participante pode escolher três ações. As seguintes ações obtiveram maior número de votos, sendo consideradas como prioritárias:

- 1) Financiamento (crédito, Pagamento por Serviços Ambientais, outros recursos)
- 2) Restauração Florestal;
- 3) Garantir o cumprimento da Lei.

Além dessas três ações prioritárias, foram mencionadas as seguintes ações como importantes:

- Educação, formação, capacitação, sensibilização
- Segurança jurídica, física e alimentar
- Garantir o cumprimento da Lei
- Planos de restauração florestal e manejo agroecológico com base nos conhecimentos tradicionais

- ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)
- Informações para organizações de bases
- Reunir informações do que está sendo feito
- Fortalecimento do monitoramento
- Fortalecimento organizativo e foco na autonomia de povos indígenas e comunidades tradicionais
- Melhorar a comunicação no território entre os envolvidos
- União de todos com os mesmos objetivos
- Continuar com as iniciativas já existentes, fortalecendo e articulando dentro e fora do território
- Envolver MPF, INCRA, ITERMA e ITERPA nos diálogos
- Políticas públicas de desenvolvimento territorial a partir da produção agrícola familiar
- Apoiar Casas Familiares Rurais na abordagem de restauração
- Apoiar Planos + Políticas de restauração nos níveis Estadual e Municipal
- Discutir implementação de PSAs para a região
- Valorizar a floresta em pé (aumentar o custo de oportunidade)
- Fortalecimento das redes de proteção e trocas de conhecimento
- Ampliar o uso econômico de áreas degradadas com modelos econômicos de baixo carbono
- Apoio às iniciativas das mulheres como construtoras de diálogo
- Garantir a soberania dos territórios estabelecidos
- Ações concretas para evitar a violência na região
- Projetos com diferentes atores para aplicações práticas (recurso financeiro e visibilidade)

A coordenação geral e facilitação ficou por conta da Fernanda Rodrigues (Diálogo Florestal) e Maria Carolina Oliva Brasil.

Apoio



Agenda do Diálogo de Campo

Dia 08 de novembro

16h30 - 19h20: Hotel Ibis Imperatriz.

- Sobre o Diálogo do Uso do Solo, desafios e oportunidades vislumbrando na etapa anterior e porque a seleção da paisagem;

- Discussão sobre principais desafios identificados;

- Construção da visão de paisagem sustentável e próspera em 10 anos.

- *19h20 a Suzano oferece uma sessão paralela para apresentação da Meta de Biodiversidade 2030, corredor ecológico Amazônia e meta de desenvolvimento territorial e social 2030.*

20h20: Jantar de confraternização entre participantes do diálogo de campo.

Dia 09 de novembro

07h00: Saída para diálogos de campo: Visita às quebradeiras de coco babaçu em Cidelândia e extrativistas de açaí. Perguntas orientadoras:

- É possível conciliar em uma mesma paisagem a produção de commodities com a produção comunitária / familiar?
- Esta experiência pode ser um bom modelo para a divulgação de benefícios ambientais, sociais e econômicos da produção comunitária? Quais os pontos a serem destacados?
- Quais são as oportunidades de melhoria nas práticas realizadas no local?

11h30: Almoço em Açailândia

12h30: Saída para diálogos de campo: Bom Jesus das Selvas. Conversa com assentados(as) na Escola Rural. Perguntas orientadoras:

- Como o melhor envolvimento/liderança das comunidades na produção agrícola pode gerar transformações desejadas na gestão da paisagem?
- Esta experiência pode ser um bom modelo para a divulgação de benefícios ambientais, sociais e econômicos da produção comunitária? Quais os pontos a serem destacados?
- Como a produção agrícola pode contribuir para a conservação da biodiversidade?
- Quais são as oportunidades de melhoria nas práticas realizadas no local?

20h00: Jantar e pernoite em Santa Inês

Dia 10 de novembro

07h30 Saída para diálogos de campo: Terra Indígena Pindaré. Perguntas orientadoras:

- Quais são as atividades realizadas no contexto da Terra Indígena?
- Existe o problema de invasão de terras e realização de atividades ilegais?
- Como é a convivência com áreas produtivas no entorno da Terra Indígena?
- Quais são as boas práticas / projetos realizados que podem servir de exemplo para outras regiões?
- Faltam informações / dados para promover melhores práticas e gerar mais oportunidades?

10h00 Santa Inês: criação de visão de paisagem; soluções e estratégias para alcançar a visão de paisagem; prioridades e recomendações; próximos passos.

12h30 Encerramento

13h00 Almoço e deslocamento em duas vans, uma retornando para Imperatriz e a outra indo para São Luís.

Este diálogo de campo foi realizado pelo Diálogo Florestal, Fórum Florestal da Amazônia e The Forests Dialogue contando com apoio financeiro da Agropalma, Conservação Internacional (CI-Brasil), Diálogo Florestal, Suzano e WRI Brasil.

Lista de Participantes

Participante *	Instituição
Arlete Viana dos Santos Guajajara	Associação Maimumy / Terra Indígena Pindaré
Bruno Guajajara	Terra Indígena Pindaré
Claudia Lopes	Museu Goeldi
Danielle Celentano	Consultora
Diego de Souza Carrara	Suzano S.A
Denys Serrão Pereira	Suzano S.A
Fernanda Rodrigues	Diálogo Florestal
Gilvânia Ferreira da Silva	MST
Luis Barbosa	Conservação Internacional - CI Brasil
Maria Carolina Oliva Brasil	Diálogo Florestal
Marlucia B. Martins	Museu Goeldi
Paloma Cariilli Ribeiro da Silva	Agropalma
Imaira Marinho Souza	Terra Indígena Arariboia
Paulo Guajajara	CCOCALITIA
Tarcísio Feitosa	CLUA / RAN
Thiara Fernandes e Silva	Instituto Peabirú
Ywatãrixã Ka'apor	Associação Ka'apor - TI Ka'apor

* Agradecemos, mesmo que não nominalmente, a participação das quebradeiras de coco que da Pindowa, que nos receberam em Coquelândia; a equipe da Suzano (unidade Imperatriz) que esteve presente no diálogo durante a visita na área da empresa; Maria da Luz Sousa Estácio, estudantes da CFR Pe. Josino Tavares (cerca de 30 estudantes), além de representantes do poder público municipal, professores e indígenas da Terra Indígena Pindaré que nos receberam e participaram do diálogo. Muito obrigada.

Registro Fotográfico

